



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
04.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- [TRANSPARÊNCIA NA CAMPANHA O Popular](#)
- [CÁRMEN ASSUME TSE, EXALTA MORAES, CRITICA ÓDIO E PROMETE COMBATER MENTIRAS – O Popular](#)
- [O DELÍRIO SOBRE LIRA – Folha de São Paulo](#)
- [LULA ENFRENTA O PRESIDENCIALISMO DE DESCOALIZAÇÃO – Folha de São Paulo](#)
- [O MITO DO PARCELADO PIRATA – Folha de São Paulo](#)
- [POR UMA GERAÇÃO SEM NICOTINA – Folha de São Paulo](#)
- [BASE DE LULA SENTE FALTA DE NOME FORTE PARA NEGOCIAR, E GOVERNO MINIMIZA DERROTAS NO CONGRESSO – Folha de São Paulo](#)
- [DENÚNCIA DA PGR CONTRA MORO POR CALÚNIA A GILMAR ENTRA NA PAUTA DO STF – Folha de São Paulo](#)
- [DEFESA DE MORO DIZ QUE NÃO TEVE TEMPO PARA 'SE PREPARAR' E TENTA ADIAR JULGAMENTO – Correio Braziliense](#)
- [NÍVEL DO GUAÍBA VOLTA A SUBIR E ASSUSTA MORADORES DE PORTO ALEGRE – Correio Braziliense](#)
- [ARTIGO: CRISTINA TAVARES, EXEMPLO NA POLÍTICA – Correio Braziliense](#)
- [DISCURSO CITA 'MENTIRA' 15 VEZES E FRUSTRA APOSTA EM BRANDURA – Valor Econômico](#)
- [CÂMARAS ARBITRAIS ADOTAM 'MEDIÇÃO SANDUÍCHE' E REDUZEM TEMPO E CUSTO DE DISPUTAS EMPRESARIAIS – Valor Econômico](#)
- [AMBEV DERRUBA NO CARF AUTUAÇÃO DE R\\$ 1,55 BILHÃO – Valor Econômico](#)
- [RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A CRISE DO AGRONEGÓCIO – Valor Econômico](#)
- [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 04.06.2024 – PÁG. 3

Transparência na campanha

Isac Silva de Souza



Em 2024, o Brasil passa pelo período de eleições municipais, onde serão eleitos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Para as campanhas eleitorais, os profissionais da contabilidade exercem um papel fundamental e obrigatório, atuando diretamente na prestação de contas dos partidos e os seus candidatos.

A prestação de contas eleitoral é um dos pilares fundamentais da democracia brasileira. Enraizada na Constituição Federal de 1988, mais especificamente no artigo 17, e detalhada pela Lei n.º 9.096/1995, essa obrigação é um aspecto crucial para a transparência e a

integridade do processo político no país.

Os partidos políticos dos diretórios nacional, estadual e municipal têm a responsabilidade de realizar a prestação de contas de forma anual, independentemente da ocorrência de eleições. Sendo uma exigência legal, o processo é um requisito moral para garantir que os recursos sejam geridos de forma ética e transparente. A não apresentação ou a desaprovação das contas eleitorais acarreta consequências sérias para candidatos e partidos políticos.

As punições podem variar desde multas, suspensão de repasses de qualquer tipo de recursos públicos até a inelegibilidade temporária ou definitiva de candidatos, conforme previsto na Lei da Ficha Limpa. Para aqueles que forem os candidatos, a não prestação de contas implica em restrições significativas. Uma delas é a impossibilidade de obtenção de certidão de quitação eleitoral e a restrição em diversos direitos individuais, como participação em concursos públicos e obtenção de empréstimos em bancos oficiais, obter passaporte, dentre outras restrições.

A prestação de contas eleitoral é realizada por meio do Sistema de Prestação de Contas Anuais (SPCA). Esse sistema permite que os partidos informem suas receitas, despesas, doações, gastos com campanhas, entre outros dados relevantes, garantindo a conformidade com as normas vigentes. O prazo para a prestar contas eleitorais de campanha no ano das eleições é até 30 dias antes da realização do pleito, tanto para candidatos quanto para os partidos. Já a prestação de conta anual, independente da ocorrência de eleições, deve ser feita até o dia 30 de junho do ano seguinte.

É fundamental que aqueles em situação irregular procurem orientação de profissionais, como contadores e advogados especialistas para regularizar sua situação o mais breve possível e evitar penalidades. Mais que uma obrigação legal, a prestação de conta é um pilar essencial para a manutenção da integridade democrática e a confiança no sistema político.

A prestação de contas eleitoral é uma obrigação essencial para a manutenção da integridade democrática e a confiança no sistema político brasileiro, contribuindo assim, para a confiança dos cidadãos no sistema político e assegurando que os recursos sejam utilizados de forma transparente e ética.

JORNAL – O POPULAR – 04.06.2024 – PÁG. 3

Cármen assume TSE, exalta Moraes, critica ódio e promete combater mentiras

Ministra elogia papel de antecessor contra 'antidemocratas' e associa fake news nas redes a 'desaforo tirânico contra a integridade das democracias'

*José Marques
Ana Pompeu*

Ao tomar posse na presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a ministra Cármen Lúcia exaltou na noite desta segunda-feira (3) a atuação de seu antecessor, Alexandre de Moraes, contra "antidemocratas" na última eleição, criticou o que chamou de "algoritmo do ódio" e prometeu combate duro contra fake news.



Cármen afirmou que mentiras espalhadas em redes sociais são um "desaforo tirânico contra a integridade das democracias". Seu discurso foi recheado de termos críticos às desinformações do ambiente virtual e na defesa de punições a quem difunde esse tipo de conteúdo. O tema deve ser prioridade em seu mandato na presidência da corte eleitoral.

"[A mentira nas redes] é um instrumento de covardes e egoístas", afirmou Cármen, em seu discurso após ser empossada.

"O algoritmo do ódio, invisível e presente, senta-se à mesa de todos. É preciso ter em mente que ódio e violência não são gratuitos", acrescentou a magistrada, com promessa de coragem na Justiça Eleitoral. "Não há salvação para juízes covardes."

A ministra Cármen Lúcia, empossada presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), cumprimenta o agora vice-presidente da corte, Kassio Nunes Marques, em sessão solene do tribunal, em Brasília

A ministra afirmou que a Constituição e as leis da República estão sendo e continuarão a ser cumpridas com rigor e imparcialidade.

Disse que eleições com "tranquilidade, segurança e integridade ocorrerão neste ano como em anos próximos passados". "A mentira continuará a ser duramente combatida. O ilícito será investigado e se provado será punido na forma da legislação vigente", afirmou.



CLIPPING

DATA
04.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

"O medo não tem assento em alguma casa de Justiça. Até porque, como lembrava Rui Barbosa, não há salvação para juízes covardes. Ademais, geraizeira que sou, quem não pode com as coisas, que não se meta com elas, porque mais vale morrer com honra que viver com desonra. O Poder Judiciário hoje e sempre, o TSE em especial atua para honrar cada eleitora, eleitor, mantendo a confiança na cidadania brasileira plena, reconquistada nestes últimos 40 anos", disse Cármen.

Ao iniciar o discurso, ela agradeceu a Moraes pela "ação rigorosa e firme" contra os ataques às eleições e ao sistema de votação antes e depois do pleito de 2022.

"A atuação deste grande ministro foi determinante para a realização de eleições seguras, sérias, e transparentes num momento de grande perturbação provocada pela atuação de antidemocratas que buscaram quebrantar os pilares republicanos dos últimos 40 anos", afirmou.

A posse da nova presidente do TSE teve a participação do presidente Lula (PT) e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), como o presidente Luís Roberto Barroso, e do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Cármen sucede Moraes na presidência da corte eleitoral e estará à frente do tribunal até meados de 2026, incluindo as eleições municipais deste ano.

A magistrada tem dito que sua gestão será marcada pelo combate à desinformação nas eleições. No começo do ano, o TSE aprovou resoluções de sua relatoria que regula uso da inteligência artificial nos contextos eleitorais e a vedação absoluta de uso de deepfake na propaganda eleitoral, já para o pleito de 2024.

Ela estabeleceu que a inteligência artificial será feita com exigência de rótulos de identificação de conteúdo sintético multimídia. A utilização de IA de forma irregular poderá acarretar a cassação do registro e mandato.

É a segunda passagem de Cármen Lúcia na presidência do TSE. Em 2012, ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo na história e também comandou as eleições municipais daquele ano. Em novembro de 2013, Cármen deixou o TSE após o fim do mandato.

Antes da fala de Cármen, discursaram o corregedor do TSE, ministro Raul Araújo, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Beto Simonetti.

Gonet exaltou a atuação de Cármen no mandato anterior, como aplicação da Lei da Ficha Limpa e instalação do processo judicial eletrônico.

"Na sua volta à presidência da corte estamos todos seguros de que a causa do bem continuará a ter o refletido e enérgico empenho de que a democracia necessita para triunfar", disse Gonet.

Ao falar, Simonetti, que fez críticas recentes a Moraes, disse que a OAB é parceira do TSE em iniciativas de defesa da democracia, como campanhas para disseminação de informações corretas sobre a eleição.

Mas também mencionou, sem nominar, uma crítica que integrantes da Ordem têm feito a Moraes, que negou a chamada sustentação oral —manifestação presencial da defesa— a advogados em algumas ocasiões.

"O início deste novo ciclo da Justiça Eleitoral é, portanto, uma ocasião oportuna para, mais uma vez, exaltar os direitos e garantias individuais e as prerrogativas da advocacia", disse Simonetti.

"Estamos unidos na defesa de nossas prerrogativas, como o direito de realizar sustentação oral de forma presencial", afirmou o presidente da OAB. "A sustentação oral é um direito basilar do cidadão que recorre ao Judiciário por meio de seus advogados."

Depois de Cármen Lúcia encerrar sua fala, a ministra foi aplaudida de pé e parou para falar com cada uma das autoridades presentes, quebrando a liturgia de encerrar a sessão na sequência.

Ao cumprimentar Lula —o petista foi responsável pela sua indicação ao Supremo em 2006, a segunda mulher a ocupar uma cadeira na mais alta corte de Justiça do país—, já no centro do plenário, ela posou para a foto e, aí sim, pegou novamente o microfone e declarou encerrada a solenidade.

Moraes deixou como marca uma presidência do TSE com poderes turbinados e, como legado, o fortalecimento das estruturas da corte para a derrubada de conteúdos que sejam considerados desinformação.

Além disso, também reforçou as possibilidades de responsabilização de plataformas pelo conteúdo publicado por usuários.

As atitudes de Moraes fizeram o TSE ser questionado não apenas por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas também por especialistas que entendiam que o tribunal atropelou outras legislações ao aprovar algumas das normas.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 04.06.2024– PÁG. A2

O delírio sobre Lira

Governo erra ao espalhar que Lira é pato manco na presidência da Câmara

Dora Kramer

Nada mais falso e danoso para o andamento dos interesses do Planalto no Congresso que a disseminação da ideia de que Arthur Lira seja um pato manco na presidência da Câmara.

Desde a virada do ano isso é sussurrado aos ouvidos de analistas permeáveis a qualquer versão vinda do Palácio. Se a história faz algum sentido, e essa até faria fosse outro o personagem, sapecam-lhe o carimbo de "bastidor", e a coisa se espalha por Brasília como tradução da realidade.



No caso específico, essa prática é o pano de fundo do rompimento do deputado com o ministro Alexandre Padilha. Justa ou injustamente, Lira julgou ter identificado no gabinete de Padilha a origem dos sussurros sobre a desidratação de seu poder.

Tenha sido ou não o articulador político do governo o autor (mensageiro?), Lira o escolheu para mandar o recado de que havia captado a mensagem. Pelo visto, perfeitamente entendida, pois de lá para cá nunca mais se falou no assunto.

Entre outros motivos porque Arthur Lira vem dando demonstrações de que controla a tropa. Nas votações e nos preparativos da própria sucessão.

Providenciou uma dispersão de poder ao dispensar o relator original (Aguinaldo Ribeiro, do PP da Paraíba) da reforma tributária, nomear 14 relatores para dois projetos de regulamentação e, assim, concentrar nele a interlocução com o Planalto e setores interessados.

No jogo sucessório, vem mantendo (cozinhando em fogo brando?) desde o ano passado quatro candidaturas possíveis sem se definir publicamente por nenhuma delas. Justamente para não antecipar a transferência de poder.

Enquanto isso dá as cartas segundo o critério combinado com o presidente da República: na economia ajuda, na pauta de costumes se abstém e na agenda cara à esquerda fica contra —e o governo que lute para impor suas posições.

Se pato, Lira não é manco. Ao contrário: divide para reinar até o fim e, por ora, nada de braçada.

Lula enfrenta o presidencialismo de descoalizão

Governo refém do Congresso inviabiliza planos de combate à violência

Alvaro Costa e Silva

Com quatro meses no Ministério da Justiça e tentando impor um estilo mais discreto e sem embates diretos com a oposição —se comparado ao tempo de Flávio Dino—, Ricardo Lewandowski prepara uma emenda constitucional para ampliar o poder do governo no combate à criminalidade. Uma espécie de SUS que, em vez da saúde, cuidaria da violência.

Criado em 2018, o Susp (Sistema Único de Segurança Pública) só existe no papel. E, ao contrário do SUS, não está na Constituição, a qual determina que segurança é tarefa dos estados. Aí começa o busílis. Alguns governos estaduais veem na atuação da Polícia Militar um palanque político, misturando serviço público com campanha eleitoral. "Queremos uma população segura e não um policial vigiado", disse Tarcísio de Freitas sobre câmeras corporais.



Por pressão ideológica, Tarcísio nega a tecnologia que permitiu a queda de letalidade nos batalhões em que foi implantada e, segundo recente Datafolha, tem 88% de aprovação dos paulistanos. Em grande parte do país, policiais resistem à gravação de ocorrências e descumprem protocolos. Ou são incentivados a descumpri-los.

Entre outras medidas, a PEC de Lewandowski padroniza o uso do dispositivo em todo o território nacional, sem interrupção de gravações e com armazenamento de imagens para acesso da Justiça. Aí continua o busfílis. Depois da surra que os governistas levaram nas votações da semana passada, com que disposição a proposta será recebida pelo grupo de Arthur Lira e a bancada bolsonarista?

Com o Planalto frágil e com receio de nova derrota desmoralizante, a emenda corre o risco de mofar, à espera de melhor momento. Tendo de lidar com um Congresso inimigo e aliados "mui amigos", o desarticulado Lula 3 enfrenta uma situação que no curto prazo parecia uma impossibilidade: o presidencialismo de coalizão está capenga. O governo entrega, mas não leva.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 04.06.2024 – PÁG. A3

O mito do parcelado pirata

Diferenciação de preços não envolve cobranças irregulares ou fictícias

*Diogo R. Coutinho
Beatriz Kira*

O parcelamento sem juros tem sido alvo de intensos debates, que servem como cortina de fumaça para desviar o foco dos exorbitantes juros praticados pelos grandes bancos nos cartões de crédito.

O chamado parcelado sem juros é um instrumento crucial, especialmente para a população de baixa renda, que depende significativamente do cartão de crédito como meio de acesso ao consumo e, assim, a bens e serviços de maior valor agregado (por exemplo, eletrodomésticos e tratamentos médicos).

A maior disponibilidade desse formato de pagamento amplia as opções para os cidadãos em geral. E para que os portadores de cartão possam responder com confiança à pergunta "à vista ou parcelado?" no momento de escolher a forma de pagamento no ato da compra, a transparência sobre os custos da transação é elemento importante para o relacionamento entre o lojista e o seu cliente. Com o parcelado sem juros, o que ocorre é que o varejo financia compras a prazo, permitindo uma ampliação do prazo de pagamento para o titular do cartão, que pode dividir o valor da compra em parcelas que se encaixem em seu orçamento. Isso proporciona maior poder de compra, sem a





CLIPPING

DATA
04.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
8 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

necessidade de o consumidor recorrer a financiamentos bancários e suas conhecidas e elevadas taxas de juros.

Por conta do papel que varejistas desempenham nesse tipo de transação, é crucial que os comerciantes possuam informações para compreender o impacto das diversas modalidades de pagamento em seus negócios e, assim, realizar uma precificação adequada dos seus produtos e serviços. A clareza é, como se vê, determinante para a sustentabilidade do pagamento sem juros.

Para facilitar a transparência e o controle financeiro, a lei 13.455/17 permitiu a diferenciação do preço cobrado pelo lojista ao consumidor com base no prazo e no instrumento de pagamento utilizado. Com isso, lojistas podem ter acesso a informações que auxiliam a compreensão dos custos associados aos diferentes meios e prazos de pagamento do consumidor.

A escolha de diferenciar os preços, no entanto, é uma decisão que recai exclusivamente sobre o lojista. Nesse sentido, comerciantes se beneficiam de ferramentas oferecidas pelas credenciadoras, em conformidade com o que estabelece a legislação, para a gestão financeira de seus negócios no varejo.

Isso contribui para a educação financeira tanto do lojista, ao possibilitar que, se assim o desejar, pratique a diferenciação dos preços dos seus produtos (permitindo uma melhor gestão financeira do seu negócio), como dos portadores de cartão, que, a partir de informações transparentes compartilhadas quanto ao preço do produto (conforme a modalidade e prazo de pagamento), podem fazer escolhas mais conscientes em relação ao meio de pagamento a ser utilizado na transação.

Ferramentas que aumentam a transparência dos custos e auxiliam os lojistas a diferenciar preços não apenas cumprem os termos da lei 13.455/17 como ainda são cruciais para que os lojistas exerçam autonomia e liberdade na determinação de preços conforme o meio de pagamento adotado pelo portador de cartão e número de parcelas.

Não se trata, portanto, de cobrança de juros remuneratórios. A transparência e a visibilidade proporcionadas pelas soluções desenvolvidas por credenciadoras que viabilizam a diferenciação de preços também contribuem para a transparência e harmonia nas relações de consumo, prevenindo o superendividamento, em consonância com o Código de Defesa do Consumidor.

Por isso, ao contrário do que os principais conglomerados financeiros têm alegado, não se trata de um "parcelado pirata". Vale frisar: a possibilidade de diferenciação de preços não envolve cobranças irregulares ou fictícias, tampouco a imposição, de forma dissimulada, de juros aos consumidores. Trata-se de disponibilização de meios importantes para que titulares de cartões e lojistas possam fazer escolhas conscientes e informadas em relação ao meio de pagamento a ser utilizado na transação.

Por uma geração sem nicotina

Campanha busca mobilização contra problema que afeta a saúde de todos

*Irma de Godoy
Ludmila Candida de Braga
Sandra Silva Marques*



Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024) mostram que o tabagismo convencional vem caindo em todo o mundo e que o Brasil é destaque com uma queda de 35% de fumantes desde 2010. Entretanto, tais avanços estão sob ameaça desde a introdução dos dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarros eletrônicos.

Apesar da resolução 46 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de 28 de agosto de 2009, proibir a comercialização, a importação e a propaganda de tais dispositivos, esses produtos alteraram completamente o cenário de uso dos derivados do tabaco. A alta popularidade dos cigarros eletrônicos, particularmente entre jovens que nunca fumaram, tem atingido cifras alarmantes em muitos países. Uma iniciativa pioneira da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", a Unesp, em parceria com a Coordenação Estadual de Controle do Tabagismo da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo lança nesta terça-feira (4) o programa "Unesp: por uma geração sem nicotina". O lançamento, que se dá alguns dias depois do Dia Mundial Sem Tabaco —celebrado no último 31 de maio—, cujo tema deste ano é "Protegendo as Crianças da Interferência da Indústria do Tabaco", começa com ações internas à universidade, mas tem como objetivo se expandir e mobilizar a sociedade para combater um problema que afeta a saúde de todos.

Pesquisas recentes mostram que entre 7% e 13,2% dos jovens brasileiros já usaram dispositivos eletrônicos para fumar pelo menos uma vez na vida. A OMS estima que 1,3 milhão de não fumantes expostos a tabagismo passivo morram prematuramente todos os anos. A exposição passiva de adolescentes entre 12 e 16 anos atinge cifras acima de 60%.

Desde 2023 estão sendo coletados, entre os alunos dos cursos de graduação da Unesp, dados sobre o uso de produtos derivados do tabaco, caracterizando também a exposição passiva dos escolares e das famílias nos ambientes públicos e privados, como domicílio e automóvel. Os dados coletados servirão para o delineamento de atividades de educação sobre todas as formas de tabaco e suas consequências.

Material educativo relativo à importância do estabelecimento de ambientes livres de cigarro e em como implementá-los será disponibilizado para orientação das famílias interessadas. Os alunos serão estimulados a criar grupos de discussão e desenvolver projetos nas unidades universitárias para a prevenção do uso de tabaco e cigarro eletrônico. Para o tratamento da dependência serão treinadas as equipes das Seções Técnicas de Saúde nos 24 municípios paulistas onde a Unesp está presente.

Com representação em todas as regiões do estado, a Unesp, em parceria com a Coordenação Estadual de Controle do Tabagismo da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, seguindo as diretrizes da Política Estadual de Controle do Tabaco, tem condições de implementar ações efetivas para o enfrentamento ao tabagismo e contribuir para que tenhamos uma geração sem dependência da nicotina.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 04.06.2024 – PÁG. A4

Base de Lula sente falta de nome forte para negociar, e governo minimiza derrotas no Congresso

Aliados dizem ser importante uma articulação comandada pelo presidente, mas afirmam que até agora não viram disposição para isso

No mesmo dia em que o presidente Lula (PT) comandou a primeira reunião de seu prometido novo modelo de relação com o Congresso, integrantes de bancadas aliadas repetiam nesta segunda-feira (3) um antigo diagnóstico. Segundo eles, falta alguém "empoderado" no Palácio do Planalto que garanta uma articulação política eficiente e, principalmente, o cumprimento dos acordos feitos.

Parlamentares reclamam desde o ano passado do que consideram uma falta de cumprimento de acordos por parte do Executivo nas votações.

Segundo esses políticos, a entrada de Lula no dia a dia da sua articulação é importante, mas, por ora, eles dizem não ver disposição do petista para isso. O governo, que minimiza as derrotas no Congresso, já prometeu azeitar a interlocução com congressistas anteriormente, mas as queixas continuam.

Lula conversa com jornalistas no Itamaraty enquanto aguardava o presidente da Croácia, Zoran Milanovic; mais cedo o petista comandou reunião com seus articuladores políticos - Ueslei Marcelino/ Reuters



Em fevereiro, o petista recebeu o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes da Casa para uma confraternização no Palácio da Alvorada e afirmou que isso se tornaria rotineiro —até agora, no entanto, não ocorreu novo encontro.

Em março, Lula também teve encontro do mesmo tipo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e líderes partidários.

Na semana passada, o governo sofreu uma dura derrota no Congresso, quando deputados e senadores derrubaram vetos presidenciais com ampla margem de votos.

Três pautas de cunho ideológico marcaram a sessão com reverses ao governo: o fim das saídas de presos, um pacote de costumes incluído por bolsonaristas na prévia do orçamento e o veto de Jair Bolsonaro (PL) ao dispositivo que criminalizava "comunicação enganosa em massa".



CLIPPING

DATA

04.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

11 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Horas após a sessão do Congresso, Lula reclamou com um líder do governo afirmando que, em sessões que tratam de temas considerados delicados, é preciso acionar os demais ministros da Esplanada.

Articuladores relatam terem acionado ministros, mas integrantes do governo e membros do Parlamento dizem que essa movimentação foi aquém da necessária.

Na reunião desta segunda, foi feito um diagnóstico da articulação política no Congresso e foram debatidas pautas prioritárias do Executivo a serem analisadas até o recesso parlamentar, entre elas a regulamentação da reforma tributária.

Após o encontro, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, tentou minimizar o fiasco afirmando que "nada do que aconteceu na sessão do Congresso Nacional surpreendeu os articuladores políticos do governo".

"O presidente da República e a articulação política têm total noção realista do que é o perfil do Congresso Nacional e da centralidade dos nossos projetos da economia e da área social. E vamos continuar avaliando o resultado do desempenho e avanço a partir dessa pauta", afirmou.

Padilha é um dos principais alvos dos congressistas da base de Lula. Além de Lira ter rompido relações com ele, o ministro é apontado por deputados e senadores como autor de acordos que não são cumpridos por outros ministros ou pelo presidente.

Além dele, formam o time da articulação de Lula o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), o líder no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e o líder na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Um parlamentar relata, por exemplo, que na votação das saidinhas recebeu simultaneamente orientações díspares de alguns dos integrantes da articulação de Lula, um bate-cabeça que tem sido constante, afirmam congressistas.

Do lado do Planalto, há também um antigo diagnóstico, o de que a resistência a Padilha e as derrotas aplicadas ao governo buscam retomar o modelo de relação do governo Bolsonaro, que levou o centrão para o Palácio do Planalto e entregou ao grupo a condução política de sua gestão.

A esquerda tem tamanho minoritário na Câmara e no Senado, o que obrigou Lula a buscar formar sua base de apoio distribuindo ministérios a partidos de centro e de direita. União Brasil, PSD, MDB (com três ministérios cada um), PP e Republicanos (um ministério cada um) formam essa base, com 11 vagas no primeiro escalão do governo.

Um líder de partido da esquerda diz que o governo precisa cobrar especialmente as siglas do centrão que têm representantes na Esplanada, mas não entregam votos —e afirma que isso passa também por envolver os próprios ministros.

Ele também diz que há uma falta de reconhecimento do Planalto com as legendas da esquerda, que apoiam mais incisivamente as pautas do Executivo no Congresso, mas, na visão dele, não são prestigiadas.

Na avaliação de um interlocutor de Lula no Congresso, faltou empenho dos partidos de centro-direita na sessão do Congresso, mas também do próprio PT e siglas de esquerda. A leitura é que esses parlamentares ficaram acanhados diante da ofensiva da oposição sobre a pauta.

Diante desse diagnóstico, há a previsão de que Randolfe e Padilha se reúnam nesta semana com vice-líderes do governo no Congresso para mobilizar a base. O contexto político também deverá ser tratado em reunião semanal com vice-líderes da Câmara.

Apesar de parlamentares afirmarem que a entrada de Lula, caso de fato se concretize, tem potencial para melhorar a relação, integrantes dos partidos aliados afirmam que mesmo assim já há consolidado um cenário de derrotas nas chamadas pautas de costume, devido ao perfil majoritariamente conservador da maioria do Congresso.

Há também uma avaliação de que as bancadas de mais expressão do Congresso estão alinhadas à direita, como a ruralista e a ligada à segurança pública. Dessa forma, temas que sejam contrários ao posicionamento desses parlamentares não deverão prosperar.

Dessa forma, congressistas defendem que a prioridade do governo deve se manter na agenda social e econômica. Eles dizem que todos os projetos da pauta econômica que foram enviados pelo Executivo ao Congresso Nacional foram aprovados.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) é apontado por eles em tons mais positivos, como uma pessoa que até agora tem se mostrado confiável no cumprimento dos acordos firmados.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 04.06.2024 – PÁG. A8

Denúncia da PGR contra Moro por calúnia a Gilmar entra na pauta do STF

Supremo analisa caso de vídeo em que o ex-juiz aparece falando sobre 'comprar um habeas corpus de Gilmar Mendes'

Ana Pompeu



A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) tem na pauta de julgamentos desta terça-feira (4) a denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) contra o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) por calúnia contra o ministro Gilmar Mendes.

O processo foi pautado nesta segunda (3) e não tinha movimentação desde maio do ano passado. O colegiado é presidido pelo ministro Alexandre de Moraes e tem, ainda, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino na composição. Gilmar Mendes integra a Segunda Turma.



CLIPPING

DATA

04.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

No fim da tarde desta segunda, a defesa de Moro pediu que o caso seja retirado de pauta sob a alegação de que "o tempo exíguo entre a disponibilização da data de julgamento e sua realização (menos de 24 horas) não permite a devida organização e preparação do procurador do denunciado, o que certamente vulnera princípio democrático precioso e protegido por este Supremo Tribunal: a ampla defesa".

A denúncia trata de declarações do parlamentar de abril do ano passado, quando viralizou nas redes sociais um vídeo em que o ex-juiz aparece falando a interlocutores sobre "comprar um habeas corpus de Gilmar Mendes".

A filmagem mostra o ex-magistrado em uma festa junina conversando com outras pessoas. Uma voz feminina, ao fundo, diz: "Está subornando o velho". Moro, então, responde: "Não, isso é fiança. Instituto para comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes".

Então vice-procuradora-geral da República e responsável por matéria penal junto ao Supremo, Lindôra Maria Araújo, que assinou a petição da PGR, pediu que o senador seja condenado à prisão e que, se a pena for superior a quatro anos, ele perca o mandato.

Na época, Moro se pronunciou sobre o caso no Senado. Ele afirmou ter sido pego de surpresa pela denúncia, sem que tivesse sido ouvido e criticou o que chamou de "açodamento" da PGR. A Procuradoria era comandada por Augusto Aras.

A ministra Cármen Lúcia relata a denúncia, segundo a qual Moro atribuiu ao ministro a prática do crime de corrupção passiva, relacionado à concessão de habeas corpus.

De acordo com o MPF (Ministério Público Federal), a declaração foi feita em público, na presença de várias pessoas, com o conhecimento de Moro de que estava sendo gravado.

Para Lindôra, ao imputar falsamente a prática do crime a ministro do STF, o senador agiu com a nítida intenção de macular a imagem e a honra de Gilmar, tentando desacreditar a sua atuação como magistrado.

A representante da PGR disse ainda que o ex-juiz proferiu a frase em público, "na presença de várias pessoas, com o conhecimento de que estava sendo gravado por terceiro, o que facilitou a divulgação da afirmação caluniosa, que tornou-se pública em 14 de abril de 2023, ganhando ampla repercussão na imprensa nacional e nas redes sociais da rede mundial de computadores".

Há duas semanas, em outro caso, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu por unanimidade rejeitar recursos que pediam a cassação do senador.

A decisão foi tomada com apoio do presidente da corte, Alexandre de Moraes, que completou o placar de 7 a 0 a favor de Moro, após mobilização nos últimos anos de aliados de Lula (PT) e de Jair Bolsonaro (PL) pela perda de mandato do ex-juiz da Lava Jato.

Em abril, Moro se reuniu com Gilmar em um movimento para estreitar a relação com o STF e tentar evitar um revés no julgamento da corte eleitoral.

A conversa entre os dois, revelada pela coluna Mônica Bergamo, foi recheada de críticas do magistrado ao ex-juiz pela atuação à frente da Lava Jato. Apesar disso, interlocutores do ministro afirmam que o encontro teve um "tom cordial".

Gilmar é um dos ministros do STF com avaliação mais ácida da operação e já fez diversos ataques a Moro em votos e entrevistas. Nos primeiros anos das investigações, ele era um apoiador da operação, mas, posteriormente, se voltou contra ela.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –04.06.2024 – PÁG. POLÍTICA

Defesa de Moro diz que não teve tempo para 'se preparar' e tenta adiar julgamento

A defesa do senador pretende apresentar seus argumentos na tribuna, mas alega que não teve tempo para se organizar e preparar a sustentação oral

O senador Sérgio Moro (União-PR) pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) adie o julgamento que vai decidir se ele deve responder criminalmente por caluniar o ministro Gilmar Mendes. O caso está marcado nesta terça-feira, 4, na sessão da Primeira Turma.

A defesa do senador pretende apresentar seus argumentos na tribuna, mas alega que não teve tempo para se organizar e preparar a sustentação oral.

"O pedido se justifica pelo tempo exíguo entre a disponibilização da data de julgamento e sua realização (menos de 24 horas)", diz um trecho do ofício enviado ao STF.



O senador foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por insinuar que Gilmar Mendes venderia decisões judiciais. A PGR pede que ele seja condenado por calúnia.

"Não, isso é fiança, instituto... pra comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes", afirmou o ex-juiz em um vídeo antigo que repercutiu nas redes sociais em abril de 2023.

Os ministros vão analisar se há elementos para instaurar uma ação penal. O julgamento do mérito só acontece após a chamada fase de instrução do processo - quando são ouvidas testemunhas e produzidas provas complementares. O ex-juiz corre o risco de perder o mandato em caso de condenação.

Desde que a gravação veio a público, o senador vem negando qualquer acusação ao ministro. Ele diz que não teve a intenção de ofender o decano do STF. Segundo Moro, a declaração foi uma "brincadeira" tirada de contexto por "pessoas inescrupulosas".

A Primeira Turma é composta pelos ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia (relatora), Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –04.06.2024– PÁG. BRASIL

Nível do Guaíba volta a subir e assusta moradores de Porto Alegre

De acordo com estudiosos, chuvas na bacia do lago e ventos diminuíram o ritmo da vazão da água represada. Em poucas horas, a cota aumentou 40cm, mas a inundação não deve se manter

Jaqueline Fonseca

Marina Dantas

Pedro José



O nível da água do Guaíba voltou a subir mais uma vez e inundou o Centro Histórico de [Porto Alegre](#). A explicação para isso são as "chuvas na bacia" do lago "e ventos do sul que fizeram aumentar o nível", segundo o meteorologista Francisco Diniz. Por volta das 23h de domingo, a medição mostrava 3,44m de altura, mas, ao amanhecer, chegou a 3,86m.

Francisco afirma que não há risco de a região voltar a inundar, como no começo de maio — crê que o principal dano gerado pela cheia é em relação à limpeza e à recuperação da capital gaúcha. Mas, de acordo com o MetSul, os ventos que provocaram a enchente são consequência da chegada de uma frente fria, acompanhada de ventania, depois das altas temperaturas registradas na região metropolitana de Porto Alegre. O efeito dos ventos pode represar o Guaíba, cujo efeito é a subida de nível entre 30cm e 50cm.

De acordo com Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), os cenários para o lago indicam recuo da cheia, com níveis em declínio lento nos próximos dias. Isso porque os volumes dos afluentes do Guaíba permanecem elevados — como o Jacuí e o Gravataí, ainda acima da cota de inundação; no caso do Taquari e do Caí, estão em nível estável abaixo da medição de alerta.

O nível do lago deve alcançar novamente a cota de inundação a partir de hoje e pode se aproximar da cota de alerta no final da semana. Na análise de Fernando Dornelles, professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPH-UFRGS), a subida do Guaíba é episódica. "Não temos aportes dos rios, todos estão baixando seus níveis", afirma.

Estradas gaúchas O Ministério dos Transportes destinou R\$ 1,2 bilhão para contratos de emergência a fim de reconstruir e reabrir as rodovias do estado. Segundo um relatório da pasta, oito estradas federais



CLIPPING

DATA

04.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

gaúchas ainda estavam bloqueadas — duas totalmente fechadas ao tráfego e as demais com bloqueios parciais em 29 trechos.

O tráfego, porém, foi restabelecido em 106 segmentos de 11 rodovias federais. Outros 15 trechos de estradas estão em obras ou recebendo manutenção para que possam ser reabertos. A expectativa do ministério é de que a situação se normalize completamente até o fim de 2025.

Levantamento do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) e do Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM) indica que o número de trechos impactados chega a 61, distribuídos por 34 rodovias estaduais — incluindo estradas, pontes e balsas.

Aeroporto

O [Aeroporto Salgado Filho](#) deve ser reaberto até o Natal deste ano. A estimativa é de uma comissão, que verificou ontem a extensão dos danos do complexo e relacionou as obras necessárias para voltar a operar.

Segundo Andreea Pal, CEO da Fraport — que administra o Salgado Filho —, "estamos atuando para acelerarmos a retomada do aeroporto. Estamos fazendo nossa parte com diversas atividades já iniciadas. Se os impactos forem menores do que os previstos inicialmente, vamos torcer para que o aeroporto esteja disponível para o final do ano".

A limpeza do complexo começou ontem, depois de passar um mês fechado em decorrência das enchentes que assolaram Porto Alegre. Sem operações durante esse período, análises e avaliações sobre as condições da pista de pouso estão sendo realizadas para detectar os impactos da água na estrutura e no pavimento.

Os testes devem durar 45 dias e as principais obras devem ser apresentadas no começo de julho, junto a um plano detalhando aquilo que precisará ser refeito. Além disso, os equipamentos eletrônicos atingidos pelas águas estão sendo avaliados se podem ser recuperados ou se foram perdidos. A Fraport Brasil não tem uma estimativa do prejuízo.

Porém, o ministro Paulo Pimenta, da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, cobrou agilidade da gestora do Salgado Filho para que a reabertura do aeroporto seja feita o quanto antes.

"É necessário que a concessionária avance na discussão com o Ministério de Portos e Aeroportos, a Advocacia-Geral da União e a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) no sentido de restabelecer o equilíbrio do contrato. Mas isso não pode ser impeditivo para que o trabalho seja acelerado e que avance. Nada pode ser motivo para atrasar ainda mais aquilo que é estratégico e fundamental", frisou.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –04.06.2024– PÁG. OPINIÃO

Artigo: Cristina Tavares, exemplo na política

Comemoramos, neste mês de junho, os 90 anos de nascimento de Cristina Tavares, uma referência nas lutas democráticas em Pernambuco e no país

Comemoramos, neste mês de junho, os 90 anos de nascimento de Cristina Tavares, jornalista e primeira mulher deputada federal por Pernambuco. Aguerriada, Cristina Tavares foi uma referência nas lutas democráticas no nosso estado e no país. Nascida em Garanhuns, a 10 de junho de 1934, filha de uma família tradicional e com boa condição financeira, desde cedo Cristina se dedicou a causas populares. Hoje, como primeira senadora de Pernambuco, mesmo com todo o tempo que separa nossos mandatos, posso dizer que tenho em Cristina uma grande inspiração.



Formada em línguas neolatinas na Faculdade de Filosofia do Recife, optou depois pelo jornalismo, profissão em que ela entendia poder dar voz a quem não tinha voz nem vez. Atuou em veículos como o Jornal do Commercio, do Recife, o Diário de Pernambuco, o Diário da Noite, a revista Visão, este Correio Braziliense e O Pasquim. Para este último, em março de 1970, entrevistou Dom Helder Câmara em um momento em que a simples menção ao então arcebispo de Olinda e Recife representava um risco para qualquer jornalista.

Ainda na década de 1970, decidiu entrar para a política. Em 1978, foi eleita, pela primeira vez, deputada federal pelo MDB. No Parlamento, envolveu-se em todas as causas pelas quais entendia que valia a pena lutar. Os discursos na tribuna eram cheios de convicção e coerência. Suas bandeiras eram sempre os direitos humanos, a liberdade de imprensa, os direitos da mulher, a democratização, a reforma agrária, a justiça social e o desenvolvimento econômico do país. Denunciou torturas e desaparecimentos e atuou firmemente pela anistia, que veio em 1979.

Era, antes de tudo, corajosa. Uma vez, ao se referir a ela, Ulysses Guimarães soltou a seguinte frase: "Muitas calças do Congresso Nacional não valem as saias de Cristina Tavares". Estávamos nos anos finais da ditadura que se instalara no país em 1964, e a definição de Ulysses fazia total sentido, pois eram poucos os parlamentares com a coragem que a deputada pernambucana exibia.

Na Câmara, escolhida como vice-líder do PMDB, graças às ausências do titular, acabou por se tornar também a primeira mulher a liderar uma bancada na história do Parlamento brasileiro. O país vivia a abertura política, a transição para a redemocratização, depois de enfrentar a total falta de liberdade, quando brasileiros e brasileiras eram perseguidos pelo simples fato de discordarem do governo militar.



CLIPPING

DATA

04.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Reeleita em 1982 e em 1986, pelo PMDB, Cristina foi atuante em todas as grandes discussões nacionais do período. Em 1984, lutou pelas Diretas Já e votou a favor da Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para presidente da República. A emenda foi derrotada por pouco (precisava de 320 votos, teve 298). Por 22 votos, os brasileiros ainda não poderiam escolher seu presidente.

Mas Cristina não desanimou. Logo depois, em 1985, votou a favor de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral que escolheu o presidente da República, numa eleição indireta. Em seguida, foi relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação da Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição de 1988.

Ainda em 1988, Cristina Tavares foi uma das fundadoras do PSDB, sigla que surgiu a partir de uma cisão do MDB. Mas por discordar de algumas decisões do partido, no ano seguinte, ingressou no PDT. Foi por essa legenda que tentou um novo mandato em 1990, mas não conseguiu se reeleger.

Em 1986, Cristina Tavares descobriu que estava doente. Tinha câncer de mama. Daí em diante, conciliou a vida política com a luta pela vida. Um ano depois, o câncer já estava em processo de metástase. Depois que perdeu a eleição de 1990, passou a se dedicar só ao tratamento. Chegou a ir para os Estados Unidos em busca de tratamento mais avançado. Não adiantou. Em 22 de fevereiro de 1992, aos 57 anos, em Houston, no Texas, a guerreira Cristina Tavares nos deixou.

A última vez que vi Cristina foi em 1990, durante um ato público nas escadarias da antiga Secretaria Estadual de Saúde, na Praça Oswaldo Cruz, no Recife. Ela já doente, de bengala, fez questão de ir, para nos estimular. Eu iniciava minha militância sindical. Ela já tinha a experiência de três mandatos como deputada federal.

Para nós, mulheres da política, Cristina foi, antes de tudo, exemplo. E segue sendo um farol para todas nós. Ao celebrarmos os 90 anos de seu nascimento, mais que nunca, queremos dizer: Cristina Tavares, presente!

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 04.06.2024 – PÁG. A10

Discurso cita ‘mentira’ 15 vezes e frustra aposta em brandura

Quem esperava que a ministra Carmen Lúcia assumisse o TSE com uma postura mais branda que a de Moraes foi desenganada por seu discurso de posse

Maria Cristina Fernandes



Quem esperava que a ministra Carmen Lúcia assumisse o Tribunal Superior Eleitoral com uma postura mais branda do que aquela de seu antecessor, ministro Alexandre de Moraes, foi desenganada por seu discurso de posse. Cotejado com aquele de Moraes, em setembro de 2022, o de Carmen Lúcia foi ainda mais contundente. A brevidade de uma fala de apenas 12 minutos não a impediu de citar “mentira”, por 15 vezes, e, por seis, “ódio”. “A mentira espalhada pelo ecossistema digital é um desaforo tirânico contra integridade da democracia”, disse.

Sem deixar de agradecer, “como cidadã e juíza”, a contribuição de Moraes para a garantia da democracia brasileira, não teve dúvida em interromper o ministro quando ele, ainda na presidência do TSE, quis convidar o diretor-geral do tribunal a lhe dar o termo de posse antes que Carmen Lúcia cumprisse a formalidade de declarar que aceitava o cargo.

Mencionada, por Paulo Gonet, procurador-geral eleitoral, como a primeira presidente do TSE a conduzir uma eleição sob a lei da Ficha Limpa, Carmen Lúcia estava sentada ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, barrado pela mesma lei na disputa de 2018. No discurso, agradeceu a nomeação ao STF que lhe

permitiu estar ali.

O ministro Raul Araújo, que a saudara, falara da expectativa de que Carmen Lúcia promovesse a pacificação da justiça eleitoral, mas não foi isso que seu discurso sugeriu. A ministra foi buscar em Rui Barbosa (“Não há salvação para juiz covarde”) e na inconfidente mineira Hipólita Jacinta (“Quem não pode com as coisas não se meta com elas”) a resposta para quem espera um TSE mais retraído.

A fala de Carmen Lúcia demonstrou uma contundência mais editada do que aquela de Moraes. Duas semanas antes da posse, o ministro que deixa o TSE e a colega que o substituiu deram uma “palhinha” da mudança de tom que está por vir com a troca de comando na Corte. O evento aconteceu na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, onde são colegas.

Estava em pauta o processo em que a deputada Carla Zambelli (PL-SP) é acusada de ter tentado inserir um suposto mandado de prisão de Alexandre de Moraes contra si próprio no sistema do Conselho Nacional de



CLIPPING

DATA
04.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
20 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Justiça. Numa cambalhota vernacular, Carmen Lúcia definiu o intento como “desinteligência natural”. Ao que foi atalhada pelo ministro que, depois de elogiar a educação da colega, despiu-se da sua: “Foi burrice mesmo”.

A decisão de Moraes, a despeito das pressões do PT de manter o horário da votação do segundo turno no Nordeste, afetado pelo bloqueio das estradas promovido pela ala bolsonarista da Polícia Rodoviária Federal, foi sua decisão mais acertada no TSE. Tratava-se de uma armadilha para jogar o tribunal no enrosco da convocação de uma nova e imprevisível eleição.

Se Moraes marcou sua atuação por aquela decisão, Carmen Lúcia, a julgar por seu discurso, não será menos contundente nas decisões relativas à retirada de conteúdos e perfis que caracterizaram o embate do ministro com as plataformas de redes sociais.

A gestão de Moraes, que tomou posse uma semana depois do ato da Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, ápice da defesa do Estado democrático de direito durante a campanha de 2022, teve no ex-presidente Jair Bolsonaro a personificação do embate. A retirada do ex-presidente do jogo eleitoral permitirá que a ministra eleja o instrumento de seu campo político, a desinformação nas redes sociais, como o foco de sua atuação.

Moraes deixa o TSE depois de fazer do tribunal palco de recuos como aquele que sacramentou a absolvição do senador Sergio Moro (União-PR), decisão que, a despeito de ter sido colegiada e unânime, chegou na medida para amenizar a lida persecutória que marca a imagem do ministro.

É no Supremo Tribunal Federal, Corte em que ocupam a mesma turma, e não no TSE, que os dois ministros podem vir a se debruçar sobre a decisão de repercussões mais perenes do TSE sob a gestão Moraes, a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Se o ex-presidente americano Donald Trump vier a disputar - e ganhar - a eleição para voltar à Casa Branca, a despeito de suas 34 condenações, aumentará muito a pressão sobre o Congresso brasileiro para a votação de uma anistia, cujos efeitos só o STF teria possibilidade de sustar.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 04.06.2024 – PÁG. E1

Câmaras arbitrais adotam ‘mediação sanduíche’ e reduzem tempo e custo de disputas empresariais

Período do processo pode cair pela metade, diz Centro de Arbitragem e Mediação-CCBC

*Arthur Rosa
Marcela Villar*

O tempo de duração e custo dos processos de arbitragem têm sido reduzidos por meio de outro meio de resolução de conflitos: a mediação. No Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), o período de uma disputa, de cerca de 20 meses - a partir do momento em que os árbitros são escolhidos -, pode cair pela metade.

A prática, chamada de “mediação sanduíche”, gera no CAM-CCBC a suspensão do processo por 60 ou 90 dias para a negociação de uma solução entre as partes envolvidas. Os custos são abatidos do valor a ser pago pela arbitragem - que é de 1,22% do montante de uma causa com três árbitros, considerando o valor médio das disputas arbitrais na câmara, que é de R\$ 114,3 milhões.



“A ‘mediação sanduíche’ não precisa estar prevista em contrato entre as partes. Mas essa janela de mediação é importante e pode evitar uma sentença que pode ser muito boa ou muito ruim”, diz o vice-presidente do CAM-CCBC, Ricardo de Carvalho Aprigliano.

No ano passado, 11 das 16 mediações realizadas pelo CAM-CCBC foram dessa modalidade. Tanto o volume de mediações quanto o de arbitragens cresceram em 2023. No ano anterior, foram realizadas 5 mediações.

Na arbitragem, a câmara registrou um crescimento expressivo nos valores em disputa - total administrado e médio de uma causa. O total passou de R\$ 9,1 bilhões em 2022 para R\$ 13,3 bilhões em 2023. E o valor médio, de R\$ 79,9 milhões para R\$ 114,3 milhões, na mesma base de comparação.

“Quando se inicia uma arbitragem, uma das partes tem uma expectativa grande do seu direito. Mas quando a outra parte se manifesta, começa-se a perceber que um acordo pode ser o melhor caminho”, diz a advogada e professora Selma Lemes, autora da pesquisa “Arbitragem em Números e Valores” - uma das mais tradicionais do mercado. “Pode-se fechar um acordo em determinados pontos e a arbitragem prosseguir com os outros.”

A mediação passou a ser usada antes, durante e até depois da sentença arbitral, para definir como será o cumprimento das determinações. No início, a modalidade pode ser adotada para resolver alguns pontos da discussão e reduzir o escopo do que será tratado no processo, o que diminui o custo da arbitragem.



CLIPPING

DATA

04.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

“O valor do litígio diminui exponencialmente. As custas são calculadas de acordo com a quantidade de pedidos”, diz Lilian Bertolani, secretária-geral da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp.

No ano passado, foram realizadas na Câmara sete mediações, um número acima da média dos anteriores - exceto em 2021, que foi um ano atípico, com 42 executadas. “Uma grande empresa nos procurou querendo apoio para desjudicializar questões sobre locação, entre inquilinos e parceiros. Dos 42 casos de mediação, 37 foram da mesma empresa”, afirma Lilian.

A perspectiva para 2024 é o uso desse tipo de procedimento crescer e fechar em pelo menos 10 - seria o maior número da série histórica desde 2021. Ao contrário das arbitragens, as mediações não precisam estar previstas nos contratos.

Normalmente, adotam-se as cláusulas escalonadas, que exigem a realização de pelo menos uma sessão com mediadores antes de seguir para os árbitros. “Por lei, se as partes estão muito beligerantes, elas são obrigadas a fazer pelo menos uma sessão de mediação. Depois, vão para a arbitragem, se não tiver consenso. Elas são obrigadas a passar pela mediação, mas ninguém é obrigado a permanecer”, diz Lilian.

A média dos valores envolvidos nesses casos no ano passado foi de R\$ 30,7 milhões, quase o dobro do valor de causa das arbitragens. “Usuários mais elitizados têm a consciência do quanto a ferramenta é benéfica, então isso puxa para cima o valor das mediações”, afirma a secretária-geral, acrescentando que a Câmara tem difundido o uso para pequenos e médios casos.

André Abbud, sócio do BMA Advogados e presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBar), diz que desde a pandemia da covid-19, as mediações têm de fato sido mais usadas. “É uma oportunidade de solução negociada por menos tempo e com custo menor, em substituição aos riscos de uma solução imposta às partes”, afirma Abbud. De acordo com ele, os mesmos temas tratados em uma arbitragem podem ser levados para a mediação.

O advogado destaca a importância da arbitragem e lembra que as sentenças arbitrais levadas à Justiça têm sido mais canceladas do que anuladas. “A chance de anulação de uma sentença arbitral é de 1,5%”, diz ele, citando pesquisa da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), divulgada no fim do ano passado.

Na Câmara da Fiesp/Ciesp, ocorreram oito arbitragens a mais em 2023 em relação a 2022, totalizando 34, o que representa um aumento de mais de 30%. Esses casos novos envolvem valores um pouco mais baixos, apesar do maior volume. O ticket médio no ano passado foi de R\$ 17 milhões - o menor dos últimos cinco anos. Ao todo, são 107 arbitragens em curso e R\$ 5,2 bilhões em disputa.

Os assuntos mais tratados, no geral, são de contratos empresariais (34%) e de bens e serviços (32%). No último ano, aumentou a quantidade de casos envolvendo direito societário, que passou a ser a fatia mais representativa (32%). Também cresceram os casos de construção civil e energia, que passaram a representar 19% do total, ante os 13% em 2022.

O Centro de Arbitragem e Mediação da Amcham Brasil (CAM-Amcham) recebeu quase três vezes mais casos de arbitragem em 2024 e mais do que em 2023 e 2022 somados - foram 32 iniciados até maio, contra

13 em cada um dos anos anteriores. Os valores da causa variam entre R\$ 150 mil e R\$ 60 milhões. O destaque, neste ano, foram as arbitragens trabalhistas envolvendo empregados hipersuficientes, uma tendência que a Amcham entende que pode crescer neste ano - foram 27 instauradas desde janeiro contra sete em 2023. As outras disputas envolvem questões societárias, de franquia, do setor automotivo, imobiliário e de contratos de bens e serviços.

No Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA), 23 arbitragens ocorreram no ano passado, uma a menos que em 2022. Os valores envolvidos também foram menores - R\$ 290,4 milhões em 2023 contra R\$ 432,8 milhões no ano anterior. Os casos de maior quantia envolvida são de temas comerciais, seguidos de casos esportivos, envolvendo contratos de atletas, por exemplo.

Ambev derruba no Carf autuação de R\$ 1,55 bilhão

Outros dois julgamentos similares envolvendo a Ambev também levaram ao cancelamento das autuações

Beatriz Olivon



A [Ambev](#) conseguiu, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), vencer disputa contra a Receita Federal sobre uso de fundo de investimento como mecanismo de hedge. A decisão, por maioria de votos, é da 1ª Turma da 2ª Câmara da 1ª Seção, que derrubou cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL no valor de R\$ 1,55 bilhão, conforme indicado no processo.

A companhia recebeu três autuações fiscais sobre o assunto e, com esse julgamento, conquistou sua terceira vitória em turmas baixas do Carf. As outras duas ainda não foram levadas à Câmara Superior - última instância do tribunal administrativo.

A autuação analisada pela 1ª Turma da 2ª Câmara da 1ª Seção decorre da descon sideração do Fundo Júpiter, por alegação de planejamento tributário abusivo. Os valores de impostos cobrados são referentes ao ano de 2010 (processo nº 16561.720180/2015-19).

Para a Receita Federal, o uso de fundo de investimento para realização de operações com derivativos (swap/hedge), da qual a [Ambev](#) era cotista única, deve ser considerado planejamento tributário abusivo - pelo fato de o fundo não ter autonomia para atuação no mercado.

A fiscalização, no caso, desconsiderou dedução de imposto de renda pago no exterior e estimativas compensadas, mas não homologadas, assim como perdas incorridas em operações praticadas em mercados de renda variável e de swap.



CLIPPING

DATA

04.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

No caso das perdas, a Receita considera que só seriam dedutíveis até o limite dos ganhos obtidos em operações da mesma espécie. Já quanto à dedução de imposto pago no exterior, alega que os valores recolhidos foram desconsiderados por não haver comprovação da legitimidade do abatimento e que estimativas de IRPJ compensados não foram homologadas.

No Carf, prevaleceu o voto do relator, conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque. “Não há dever fundamental de pagar ilegalmente tributo, tanto quanto inexistente dever fundamental do contribuinte de sujeitar-se a excessos ou a qualquer exigência que não esteja objetivamente parametrizada pela licitude”, afirma no voto.

Ainda segundo o conselheiro, não houve simulação, dolo, fraude, conluio, nem se comprovou ausência de propósito negocial. Também não foi identificada omissão de registros contábeis nos balanços da companhia e do fundo.

A [Ambev](#) era cotista do fundo, que recebia aportes financeiros para investimento em multimercado, inclusive em derivativos. O objetivo dos aportes era a proteção do patrimônio da empresa contra variações de taxas de juros, commodities e taxa de câmbio às quais se vinculavam suas operações comerciais e também atender finalidades regulamentares, segundo consta no voto do relator.

As respostas da [Ambev](#) ao Fisco, acrescenta o conselheiro, indicaram que a administração direta de instrumentos financeiros não refletia a atividade econômica preponderante da empresa. Portanto, optou por criar o Fundo Júpiter, que veio a ser administrado pelo BTG Pactual.

Se as operações com derivativos fossem atribuídas diretamente à [Ambev](#) (por meio da desconsideração do fundo), de acordo com o relator, a [Ambev](#) só poderia deduzir perdas com swap até o limite dos ganhos. Se mantidas as operações do fundo de investimento, explica, a tributação deve ser realizada pelo próprio fundo e as balizas legais são outras e toda da despesa é dedutível, independente do limite de ganhos com swap.

“Para fins tributários, os fundos têm vida própria, tributação própria, registros fiscais próprios. Para desqualificar sua atuação, antes de tudo, é preciso se debruçar sobre suas operações e seus registros. Nada disso foi feito”, afirma o relator, no voto.

Segundo o advogado Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados Associados, é normal que as empresas façam operações de swap e hedge para se proteger de variações no câmbio, mas o uso de fundo incomodou a Receita Federal. “Como indica o voto do relator, a legislação não veda o uso”, diz.

Para o advogado, a fiscalização criou uma ficção em torno da operação, de que o fundo seria um instrumento de planejamento tributário abusivo visando vantagem indevida de dedução de perda. “O julgamento afastou essa ficção, ficando comprovado que os fatos mostravam o uso correto do fundo.”

A maioria dos conselheiros entendeu que é indevida a desconsideração de operações financeiras por fundo de investimentos em multimercado para atribuir ao cotista exclusivo a titularidade delas quando não for apontada pela administração tributária nenhuma irregularidade que revele prática de ato ilícito.

Em nota, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que a avaliação sobre a regularidade das operações de hedge realizadas pelos contribuintes é tema recorrente no Carf e que existem julgados em que se concluiu que a legislação que regula as operações de hedge não foi atendida. Mas, acrescenta o órgão, as circunstâncias fáticas das operações variam significativamente, e a apresentação de recurso à Câmara Superior se condiciona a precedente que guarde similaridade com a decisão proferida. A possibilidade de recurso no caso concreto está sendo examinada.

Outros dois julgamentos similares envolvendo a [Ambev](#) também levaram ao cancelamento das autuações em turmas baixas. Foram realizados em 2017 e 2023 (processos nº 16561.720159/2014-32 e nº 16561.720233/2016-82).

Procurada, a [Ambev](#) informou em nota que valoriza a decisão do Carf, que se pautou “nos aspectos técnicos e jurídicos” das discussões sobre o caso, reafirmando que a postura da companhia seguiu a correta interpretação e aplicação da legislação tributária brasileira.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO –04.06.2024– PÁG. E2

Recuperação judicial e a crise do agronegócio

É imperativo que as empresas e os profissionais do ramo estejam atentos aos detalhes da legislação e às estratégias necessárias para superar os desafios, visando a preservação das atividades empresariais

Sandro Schulze

No atual cenário empresarial, observa-se uma notável elevação nos pedidos de recuperação judicial, um fenômeno intrinsecamente ligado às significativas mudanças implementadas pela Lei nº 14.112/2020. Esse marco legislativo, desenhado para preservar a função social das empresas e fortalecer a proteção aos devedores, tem exercido um papel relevante tanto no âmbito jurídico quanto econômico.

O processo de solicitação da recuperação judicial segue um procedimento específico: inicialmente, a empresa expõe ao juiz a situação patrimonial e as causas da crise enfrentada. Uma vez deferido o processamento do pedido de recuperação judicial inicia-se o chamado stay period de 180 dias, durante o qual todas as execuções em face da empresa são suspensas.

Posteriormente, a empresa, aqui já chamada de recuperanda, elabora um plano de recuperação judicial, passando por diversas etapas de reestruturação financeira. Os credores, por meio de uma assembleia geral, avaliam a viabilidade do plano, decidindo por sua aceitação ou rejeição. Caso o plano seja aceito, e cumpridas as exigências da lei, o juiz concede a recuperação judicial.





CLIPPING

DATA

04.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

26 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Uma das mudanças mais relevantes foi o incentivo à mediação, um instrumento que visa solucionar conflitos de forma mais ágil e consensual. Além disso, a prorrogação do stay period por mais 180 dias, desde que o devedor não tenha concorrido com a superação do lapso temporal, aparece como uma ferramenta crucial para a estabilização financeira.

Outro ponto de destaque foi a substituição das deliberações da assembleia-geral de credores por um termo de adesão, simplificando o processo de aprovação do plano de recuperação.

Em paralelo às mudanças legislativas, a pandemia da covid-19 desempenhou um papel significativo no aumento dos pedidos de recuperação judicial. O ano de 2023 testemunhou pedidos notáveis de empresas como Americanas, Light, Oi e Grupo Petrópolis, evidenciando a amplitude dos desafios enfrentados pelo setor empresarial.

No que diz respeito ao agronegócio, a crise parece estar em ritmo mais acelerado. Segundo dados do Serasa, o Brasil registrou 127 pedidos de recuperação judicial em 2023, representando um aumento de 525% quando comparado com o ano anterior.

O que se observa, na verdade, é uma junção de alguns fatores.

Nos anos de 2021/2022, o Brasil teve a maior produção rural da história e as commodities atingiram um valor altíssimo no mercado. Os produtores rurais, por sua vez, para atender a alta demanda, acabaram tomando empréstimos com juros baixos para alavancar o negócio e de fato o setor teve um ano com um resultado muito positivo.

Mas em 2022/2023 o que se viu foi algo bem diferente. Apesar de uma safra também em larga escala, o valor das commodities entrou em declínio e os produtores acabaram postergando a venda dos produtos na expectativa de uma retomada dos valores.

E o oposto acabou acontecendo. O preço caiu ainda mais e chegou determinado momento em que os produtores foram obrigados a vender a produção com um enorme prejuízo.

A safra de 2023/2024 seguiu com o mesmo problema de declínio do valor das commodities e ainda enfrentou um fator adicional: vários Estados tiveram perda da produção em razão de alterações climáticas. Destaque-se, também, que a taxa de juros subiu exponencialmente e os produtores, com safras e lucros menores, não conseguiram honrar os compromissos assumidos.

Viu-se, assim, um efeito dominó, ou seja, o produtor rural não pagou a revenda e esta, por sua vez, não pagou fornecedor, resultando na busca do Poder Judiciário com pedidos de recuperação judicial principalmente dos produtores.

Além de todas as questões destacadas, o aumento dos pedidos de recuperação judicial decorreu, também, da alteração legislativa que passou a vigorar em 2021, como acima ressaltado. Com a mudança da Lei nº 11.101/2005, o produtor rural foi contemplado com a possibilidade de apresentar um plano especial de recuperação judicial, desde que a dívida não ultrapasse R\$ 4,8 milhões.

Mato Grosso atualmente lidera o ranking de pedidos de recuperação judicial, talvez por ser o maior produtor rural do país, com alto percentual de arrendamento de terras, e um dos Estados mais atingidos pelos problemas climáticos. Analisando a cotação da soja, por exemplo, nos últimos dois anos, pode-se observar uma queda de aproximadamente 40% no valor de mercado.

Algumas medidas são apontadas como forma de socorrer os produtores rurais, dentre elas a disponibilização de novas linhas de crédito, com taxa de juros diferenciada, um alongamento do prazo para pagamento das dívidas e o fortalecimento do seguro rural.

Essas medidas demandariam um orçamento extra do tesouro nacional que, segundo estudos, ficaria na casa de R\$ 1,5 bilhão.

Nesse contexto, é imperativo que as empresas e os profissionais do ramo estejam atentos aos detalhes da legislação e às estratégias necessárias para superar os desafios, visando a preservação das atividades empresariais e o fortalecimento do setor econômico do país.

DATA COMEMORATIVA DO DIA- SEBIB

Dia Internacional das Crianças Inocentes Vítimas de Agressão

Longe de ser um dia de celebração, este é um dia de protesto, de luto e de reflexão. Todos os dias as crianças são vítimas de agressão física e psicológica no mundo inteiro, inclusive nas suas próprias casas, por obra dos seus pais. Este dia relembra todas as vítimas infantis de afogamento, envenenamento, espancamento, queimadura, trabalho infantil e abuso sexual, mas também chama a atenção para a necessidade de proteção e de educação das crianças, que se encontram numa fase frágil, de construção de mentalidade, carácter e de valores.

Garantir um ambiente seguro e são para o crescimento das crianças é um dever dos pais, famílias, comunidades locais, professores, educadores, governantes e população em geral.

O Dia Internacional das Crianças Vítimas Inocentes da Violência e da Agressão foi criado pela ONU em 1982.

